



Lei dos EUA restringe e protege trabalhadores federais



Capa do folheto mostrando funcionários federais em comício. © AP Images/Mary Altaffer

Há mais de 70 anos, uma lei dos EUA promove uma força de trabalho governamental politicamente neutra, protegendo os direitos constitucionais dos trabalhadores do governo.

A Lei Hatch de 1939, batizada com o nome de seu proponente, senador Carl Hatch, proíbe os funcionários do governo de exercer a maioria dos cargos públicos, participar de campanhas políticas, levantar recursos para candidatos políticos ou considerar afiliações políticas na hora de contratar. O desrespeito à lei leva a penalidades que variam desde uma carta de advertência até a rescisão do contrato.

A lei também protege os trabalhadores do governo, isolando-os da coerção política. Por exemplo, um funcionário público não pode ser demitido, punido ou discriminado por se recusar a trabalhar em uma campanha política ou a contribuir com um partido político ou candidato. Além disso, a Lei Hatch restringe o clientelismo político – a concessão de empregos públicos com base em relacionamentos com políticos eleitos ou sob sua influência.

Uma seção da lei isenta altos funcionários nomeados pelo presidente da proibição de participar de atividades políticas. Isso permite que pessoas, como os conselheiros pessoais do presidente

e secretários de gabinete, continuem a participar das atividades políticas de seu partido.

Questionamentos legais alegaram que a lei viola o direito dos trabalhadores à liberdade de expressão, garantido pela primeira emenda da constituição americana, mas a Suprema Corte dos EUA a confirmou duas vezes. Em 1947, no processo *Trabalhadores Públicos Unidos dos Estados Unidos v. Mitchell*, a Corte Suprema ponderou sobre os direitos à liberdade de expressão contra a “necessidade elementar de ordem” nas operações do governo e concluiu que esta é mais importante. Em 1973, o tribunal rejeitou um questionamento semelhante no

processo *Comissão do Serviço Público dos Estados Unidos v. Associação Nacional dos Carteiros*, com o mesmo raciocínio.

Em 1993, o Congresso complementou a lei, impedindo políticos eleitos de fazer recomendações não solicitadas para preenchimento de vagas no serviço público federal e impondo restrições mais severas a um seleto grupo de trabalhadores envolvidos em operações de policiamento, inteligência e segurança.

Também expandiu atividades permissíveis para a maioria dos trabalhadores do governo, para incluir:

- concorrer a um cargo público em eleições não partidárias;
- ajudar no cadastramento eleitoral;
- contribuir dinheiro para organizações políticas e participar de ações para captação de recursos políticos;
- participar de comícios e reuniões políticas, e
- distribuição de material de campanha.

No entanto, os funcionários permanecem proibidos de

- usar autoridade oficial para interferir em uma eleição;
- solicitar ou desencorajar a atividade política de quem quer que seja que tenha negócios junto às agências em que trabalham;
- solicitar contribuições políticas;
- concorrer a cargos públicos em eleições partidárias: e
- se engajar em atividades políticas quando em serviço, de uniforme ou usando um veículo governamental.

Despolitizando o serviço público

A Lei Hatch respondeu ao alegado uso de funcionários públicos federais para fins político-partidários durante o governo do presidente Franklin Roosevelt (1933-1945), mas suas raízes podem ser encontradas nas reformas do serviço público na década de 1880 e, talvez, até mesmo nas preocupações levantadas logo após a fundação da nação.

Em 1801, o presidente Thomas Jefferson emitiu um ato do Executivo onde trabalhadores federais não devem



O senador Carl Hatch, à direita, introduziu legislação em 1939. © Harris & Ewing

“influenciar os votos dos outros, nem tomar parte no negócio de propaganda eleitoral”. Ao longo do século 19, os presidentes dos EUA usaram atos do Executivo para restringir várias atividades políticas dos trabalhadores do governo.

Durante o mesmo período, o “sistema de favorecimento político” de recompensar a lealdade política com cargos no governo expandiu-se, especialmente entre 1865 e 1891, quando o número de trabalhadores federais triplicou, de 53 mil para 166 mil, com muitos trabalhando poucas horas com um alto salário.

Por volta de 1880, o senador George Pendleton argumentou que “o sistema de favorecimento político precisa morrer ou ele vai matar a república”. A Lei Pendleton de 1883 ajudou a reduzir significativamente o sistema de clientela e patronagem.

Em 1939, a Lei Hatch combinou as restrições da Lei Pendleton com proibições, na forma de vários atos do Executivo, para criar uma abordagem abrangente para tirar a política do serviço público.

O Escritório de Assessoria Especial dos EUA, uma agência independente, fiscaliza a aplicação da Lei de Reforma do Serviço Público, da Lei de Proteção ao Informante e da Lei Hatch e também aconselha funcionários do governo sobre a legalidade das atividades políticas pretendidas. Esse órgão emite mais de mil opiniões consultivas a cada ano.